

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.032](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.032)

A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ALTAR DO MERCADO: UMA BREVE ANÁLISE DOS TERMOS UTILIZADOS NA ABA DO PROGRAMA FUTURE-SE NA PÁGINA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Isadora Cabreira da Silva

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, isadorasilvacabreira@gmail.com;

Lucas da Costa Lage

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Rio Grande do Sul, lucaslage@ufpr.br

RESUMO

O trabalho visa analisar quais termos são predominantes na proposta o Programa Future-se, quais concepções e modelos de universidade fazem-se presentes dentro de tal iniciativa, e justifica-se pela necessidade em pensar quais teorias, discursos e concepções perpassam a proposta que, mesmo após um corte orçamentário de 30% da IFES, garante que o governo não deixará de manter seu financiamento, mas permite que as instituições abram oportunidades para o estabelecimento de parcerias com empresas privadas. Para a pesquisa, utilizou-se uma metodologia de análise qualitativa e organização dos dados através de uma nuvem de palavras, em que os termos de mais recorrência estão em um tamanho maior em comparação aos outros. A proposta está dividida em três eixos, sendo o Eixo 1 - Gestão Governança e Empreendedorismo; o Eixo 2 - Pesquisa e Inovação; e por fim, o Eixo 3 - Internacionalização, Por mais que os três eixos estejam

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.032](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.032)

A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ALTAR DO MERCADO: UMA BREVE ANÁLISE DOS TERMOS UTILIZADOS NA ABA DO PROGRAMA FUTURE-SE NA PÁGINA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

divididos em temáticas mais direcionadas, nota-se que estão interligados, principalmente no que tange à iniciativa privada e suas possíveis intervenções no financiamento das instituições federais. Com essa dissolução do público, conclui-se que tal proposta está diretamente relacionada àquilo que Chaui (1999) e Sguissardi (2006) denominam universidade heterônoma, que possui influência direta do Estado, da indústria e do mercado.

Palavras-chave: Universidade, Future-se, Mercado.

INTRODUÇÃO

A universidade no Brasil é uma instituição recente, com 101 anos de existência. Pode-se dizer que ao longo de sua história, as políticas que vislumbram a privatização de seus setores, sempre atravessaram a universidade pública. Como, por exemplo, a Reforma Universitária de 1968, que organizou o Ensino Superior em departamentos, dando fim às cátedras vitalícias, mas, ao mesmo tempo, criou condições para o surgimento do Ensino Superior privado a partir da flexibilização da tríade de ensino, pesquisa e extensão. A reforma, tal como foi imposta, a qual segundo Cunha (2007) tinha certa inspiração no modelo norte-americano, que é atrelado às necessidades de ajuste do ensino e da pesquisa da sociedade capitalista.

Outros exemplos de tais políticas partem das iniciativas de avaliação do Ensino Superior, como a Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (CNRES), que visava combater o corporativismo e o cartorialismo, e também a formação do Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior (GERES), os quais abnegados pela comunidade universitária. Tal abnegação ocorreu, sobretudo, por conta das proposições referentes à autonomia e à dotação orçamentária global, que retiravam a responsabilidade do Estado sobre o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como a permanência e qualificação de seus docentes e técnicos administrativos.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve uma grande influência do setor privado, sendo estes nacionais e estrangeiros, tendo assim um considerável aumento de empresas de Educação Superior, firmando assim a mercantilização da educação e, de certa forma, dando certa sustentação às propostas de privatização dos serviços públicos. Em tal período, a expansão da oferta do Ensino Superior cresceu de forma significativa, porém a referida expansão ocorreu através da privatização, por conta das políticas educacionais vigentes adotarem um padrão de mercado, sendo este gerencialista e produtivista, focalizado nos crescimentos e resultados quantitativos (quantidade de instituições, cursos, vagas e matrículas). Tal contexto deu-se a partir do Art. 45 da Lei nº 9.394, que estabeleceu as Leis de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB), com o onde consta “ A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, que de acordo com Lima e Cunha (2020, p. 05 apud. Aguiar, 2013) “[...] as críticas mais recorrentes se referiam à possibilidade da educação superior ser ministrada em IES públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização de acordo com o 45º artigo” .

Também se deu a partir do Decreto nº 2.306/1997, que definiu as instituições de abrangência e formação das instituições de ensino superior, elencando seis tipos: universidade; centro universitário; faculdade integrada; faculdade; instituto superior e escola superior, que para Lima e Cunha (2020, p. 05) “ Conseqüentemente, a graduação passou a ser competitiva, pragmática e submissa à economia e ao mercado por ter sido flexibilizada e desvalorizada.” .

Para Lima e Cunha (2020, p. 60 apud. Amorim, 2019), tal divisão “[...] abriu margens para uma espécie de expansão ‘sem controle’, posto que não há nenhum tipo de planejamento para equalização e equilíbrio quanto ao número de instituições, que podem pleitear a abertura de novos cursos e a oferta de cursos” .

Por fim, nos oito anos de governo FHC, percebe-se a expansão do Ensino Superior privado, mesmo que inferior ao período da ditadura militar. Segundo dados do Censo da Educação Superior (1995-2002), o número de instituições privadas passou de 684 para 1.442, e as instituições privadas foram de 210 para 195, tendo uma expansão massiva de um lado e uma considerável redução de outro (LIMA E CUNHA, 2019).

No século XXI, o governo FHC tem seu fim no início do ano de 2003, onde iniciou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) do Partido dos Trabalhadores, deu seguimento às ações políticas originadas das orientações da Reforma do Aparelho do Estado. Em relação ao âmbito acadêmico, criou dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 28 de janeiro de 2007, que possuía dentro de sua proposta a expansão das IES, tendo o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído três meses depois, que criou dezoito novas universidades no país. Também criou o FIES e o PROUNI, programas ligados a conciliação com o mercado, a partir

de discursos relacionando a produção de conhecimento com as demandas do capital.

No governo de Dilma Rousseff (2011–2016), algumas características do Future-se – assim como nos governos de FHC e Lula – estavam presentes em sua gestão, como por exemplo, o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que direcionou a Lei 13.243 que tinha como um de seus objetivos facilitar a aproximação de empresas e universidades. Apesar dos programas de crescimento e expansão, também é necessário pontuar o corte orçamentário de 45% do orçamento da educação em 2016, no governo de Dilma Rousseff, antes da presidenta sofrer um impeachment.

No governo interino de Michel Temer (2016 – 2018) o processo de sucateamento da universidade teve início, a partir dos cortes dos recursos de financiamento, pelas propostas indiretas de privatização das instituições federais, pelos ataques aos direitos de servidores e principalmente, pela aprovação PEC 241 aprovada no governo de seu vice e posterior substituto Michel Temer, que congela gastos em setores como saúde e educação.

Após este breve apanhado sobre algumas políticas que permearam - e ainda permeiam a universidade, direcionamos o presente escrito para seu objeto de análise: o Programa Future-se, que foi oficialmente lançado no dia 17 de julho de 2019, através de uma transmissão ao vivo na página oficial do Ministério da Educação. O programa possui somente uma aba dentro do site do MEC, onde explica, de forma resumida, a sua proposta, seus objetivos, eixos e possíveis questionamentos levantados sobre, os quais serão analisados a partir das palavras-chave utilizadas no resumo dos três eixos do programa. Para registrar e observar tais termos, foram elaboradas três nuvens de palavras.

Sendo assim, o presente trabalho visa analisar quais termos são predominantes na proposta, e qual - ou quais - concepções e modelos de universidade fazem-se presentes dentro de tal iniciativa, e justifica-se pela necessidade da discente em pensar quais teorias, discursos e concepções perpassam a proposta que, mesmo após um corte orçamentário de 30% da IFES, garante que o governo não deixará de manter seu financiamento, mas permite que as instituições abram oportunidades para o estabelecimento de parcerias com empresas privadas. O texto está organizado em

quatro seções: Introdução; Metodologia; Resultados e discussões; Considerações finais; Referências.

METODOLOGIA

Para a coleta dos dados, foram reunidos os termos utilizados na página de apresentação dos três eixos do programa Future-se, presentes no site do Ministério da Educação. Organizamos os termos a partir de uma nuvem de palavras, onde os mais recorrentes estão em tamanho maior.

Portanto, utilizamos uma metodologia de pesquisa qualitativa para a análise dos termos, onde

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Para Minayo (2007) a pesquisa qualitativa trabalha com uma gama de motivos, significados, valores, crenças, aspirações e atitudes, o que torna um espaço mais amplo das relações, dos processos e fenômenos, que não podem ser resumidos à operacionalização de variáveis.

Bogdan (apud. TRIVIÑOS, 1982) se refere à pesquisa qualitativa como uma investigação do gênero fenomenológico, de natureza histórico-estrutural e dialética, onde: 1) A investigação tem o ambiente natural como fonte primária dos dados e o cientista enquanto um instrumento chave; 2) É descritiva; 3) Os investigadores que trabalham com a metodologia qualitativa estão com suas preocupações voltadas para o processo e não somente aos resultados; 4) Possuem uma tendência a analisar os seus dados de

maneira indutiva; 5) O significado a preocupação imprescindível na abordagem qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para iniciar a discussão, é interessante destacar que no total, a busca pelo termo “Future-se” resulta em vinte e uma notícias elaboradas pela assessoria do MEC, sendo a última publicada em 24 de janeiro de 2020, estando sem atualização há quase dois anos. A seguir, temos a nuvem de palavras com os termos utilizados no Eixo 1 - Gestão, Governança e Empreendedorismo.

Imagem - Eixo 1: Gestão, Governança e Empreendedorismo



Fonte: Produzido pelos pesquisadores a partir do site do MEC (2021).

O primeiro eixo é alicerçado por termos como “naming rights”, que consiste na venda do nome da instituição ou determinados setores para as empresas privadas, no apanhado sobre o programa, tal proposta é justificada pela possibilidade de manutenção e modernização das estruturas com o auxílio do setor privado. Também fala-se em parcerias público-privadas, relacionadas com o uso de prédios da União para a arrecadação de recursos. E, ao mesmo tempo em que é abordado o ranqueamento das instituições com maior desempenho - os quais os critérios não estão explicitados - a sustentabilidade financeira está presente no primeiro ponto do eixo, pois “[...] ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas

universidades e institutos – hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso;” .

No segundo eixo, percebe-se uma continuidade a partir de termos recorrentes na configuração do sistema econômico em que estamos inseridos, presentes na imagem a seguir:

Imagem - Eixo 2: Pesquisa e Inovação



Fonte: Produzido pelos pesquisadores a partir do site do MEC (2021).

O eixo destaca seguidamente os termos de pesquisa e inovação, porém, a partir do ranqueamento proveniente do melhor desempenho de instituições, bem como a aproximação das instituições com as empresas, em vistas do acesso facilitado ao financiamento privado de pesquisas. Outrossim, a criação de parques tecnológicos e centros de pesquisa e inovação e a criação e consolidação de um “ ambiente de negócios” conveniente com a criação de startups.

Por fim, o terceiro eixo traz a internacionalização do Ensino Superior, tendo como destaque os termos apresentados a seguir:

Imagem 3 - Eixo 3: Internacionalização



Fonte: Produzido pelos pesquisadores a partir do site do MEC (2021).

O terceiro e último eixo da proposta direciona a internacionalização focalizada na pesquisa aplicada, a qual pode-se questionar quais grandes áreas teriam mais demandas ou não, também aborda sobre a revalidação de diplomas emitidos por instituições públicas e privadas de “alto desempenho”, bem como a formação de parcerias com instituições privadas para a fim de possibilitar publicações científicas em periódicos de outros países e por último, a concessão de bolsas para estudantes brasileiros com alto desempenho acadêmico e atlético.

Por mais que os eixos estejam divididos em temáticas mais específicas, nota-se que os três de certa forma se complementam, principalmente no que se refere às empresas, as parcerias público-privadas, expressões estrangeiras como *namings rights* e *startups* e seus desdobramentos no financiamento das instituições federais. Tais termos se relacionam com a possível modificação das noções sobre o público, que para Newman e Clarke (2012, p. 370)

[...] noções do próprio público eram dissolvidas na medida em que os usuários de serviços públicos foram redesenhados com clientes ou consumidores. A constituição do cidadão-consumidor foi uma consequência lógica do crescimento do gerencialismo; o modelo de negócios que as organizações foram encorajadas a adotar colocava um prêmio retórico sobre a centralidade no cliente e sua satisfação.

As menções e suas relações com essa dissolução do que é público se correlacionam com o que Sguissardi (2006) chama de “universidade heterônoma”, a qual possui influência do Estado, do mercado e da indústria. Para Chauí (1999, p. 222) a universidade heterônoma

[...] não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

A partir de tal contexto, o modelo de universidade heterônoma não significa que a instituição seja inteiramente administrada por agentes extra universitários, mas que suas práticas cotidianas estariam cada vez mais submissas à lógica do mercado e do Estado, tendo uma ascensão da competitividade econômica, que decorreria na produção de currículos que atendem às demandas do mercado, a preparação dos acadêmicos para o mundo do trabalho com custos menores e uma significativa gestão do trabalho institucional e docente (SGUISSARDI, 2006).

Sendo assim, faz-se necessário mencionar a concepção de universidade de Chauí (2003), que toma a universidade enquanto uma instituição social, que manifesta de certa forma a estrutura e os modos de funcionamento da sociedade como um todo. Também observa como a universidade brasileira internaliza e manifesta as ideias e práticas neoliberais dominantes, por exemplo: 1) a avaliação universitária de forma isolada, sem considerar o ensino básico; 2) valorização somente da titulação científica e a quantidade de produções científicas; 3) critério de distribuição de recursos financeiros públicos para pesquisas a partir das linhas de pesquisa, que beneficia em grande escala as áreas que produzem seus estudos em laboratórios de grande porte e com vasta equipe de pesquisadores, o que não é necessário nas humanidades e nas práticas de pesquisas teóricas; 4) a participação da universidade na economia e na sociedade como mera prestadora de serviços, servindo à empresas privadas, com um significativo pela pesquisa fundamental e de longo prazo (CHAUI, 2003). Para Leher (2021, p.12):

Para entender as interconexões da mercantilização da educação como Estado é imprescindível investigar os fundos de investimentos, a composição acionária e a carteira de negócios dos mesmos, o movimento de aquisições, o comportamento das ações na bolsa de valores, os conflitos magisteriais, a caracterização dos capitalistas que operam nesse mercado, a distribuição geográfica dos negócios, nichos de mercado buscados pelos grupos, modalidades de ensino priorizadas, estoque de matrículas, estratégias de marketing, valor das mensalidades, custo de pessoal etc. Somente conhecendo as entranhas dos grupos econômicos e identificando os sujeitos que os conduzem é exequível compreender o modo de atuação do Estado, conforme a magistral teorização de Gramsci sobre o Estado Integral.

A transformação da educação em uma mercadoria não é algo restrito somente ao ensino superior, pois também acaba atingindo a educação básica, incluindo a educação pública. Para Peroni (2020), a rede privada possui uma participação de 18,3% no total de matrículas na educação básica, porém os conteúdos pedagógicos e de gestão escolar estão cada vez mais sendo determinados por instituições privadas, a partir de uma lógica mercantil, com a justificativa de que tais instituições tem como objetivo contribuir para a melhoria da escola pública. A autora classifica essas formas de privatização a partir de três categorias: direção, execução, execução e direção. Na direção, o privado age no conteúdo e controle das políticas públicas e das escolas, mas a instituição permanece pública. Na execução, o privado age na oferta da educação, através da contratação de empresas de educação privada para suprir a formação que deveria ocorrer na educação pública. Já na execução e direção, são estabelecidas parcerias entre o público e o privado, que estabelecem o conteúdo da educação, formação, bem como as avaliações, monitoramentos e a supervisão de que o produto formulado será colocado em prática, tais materiais são estruturados de forma padronizada e replicável, o que acaba excluindo as especificidades das regiões em que tais parcerias foram estabelecidas (PERONI, 2020).

Na oferta da educação básica, esse fenômeno de execução e direção pode ser observado a partir da aquisição de franquias,

avaliações escolares e a própria formação docente. Empresas como o Sistema Positivo de Ensino oferecem uma “ solução educacional completa para a sua escola ” , que vai da Educação Infantil até o curso preparatório para o vestibular. Ao longo dos anos, em algumas localidades a rede pública tem investido em materiais apostilados para as escolas, sendo estes padronizados, o que não abrange todas as localidades nas quais esses materiais são distribuídos. Em relação ao ensino superior, Sguissardi (2015) coloca a entrada das empresas de educação na bolsa de valores como uma das características da commoditycidade, a qual transforma a educação e o ensino em um commodity, uma mercadoria que está disponível para compra e venda, o qual reforça a mercantilização da educação.

Sguissardi (2015) destaca o crescimento de 100% das matrículas presenciais entre os anos de 2008 e 2013 nas empresas de capital aberto e presentes na bolsa de valores, sendo a Kroton (Pitágoras) indo de 26 mil a 519 alunos; a Anhanguera Educacional de 140 mil para 442 mil alunos; e a Estácio Participações de 192 mil para 315.700 alunos, tendo as 9.517 matrículas do SEB integradas. Cabe ressaltar que no ano de 2013 o grupo Kroton e o grupo

Anhanguera tornaram-se um só grupo, assim sendo a maior empresa de ensino superior do mundo, com mais de um milhão de alunos (SGUISSARDI, 2015).

Segundo Peroni (2020, p. 20), “ o privado não pode ser tratado como uma abstração ” . Partindo da ideia de que a sociedade não é uma abstração, a relação entre o público e o privado é entendida pela autora como a “ [...] materialização das correlações de força que ocorrem na sociedade em um período particular do capitalismo.” (PERONI, 2020, p. 21). Exemplificando, tal relação pode ser analisada a partir do estabelecimento de parcerias público-privadas, a gestão privada de espaços públicos, materiais didáticos e formativos de empresas privadas sendo utilizados dentro da escola pública, etc.

Para Apple (2015), o neoliberalismo requer a contínua criação de provas de que um indivíduo está realmente sendo o empreendedor de si mesmo. Tal como a ideia de que a educação - e não somente ela - torna-se uma mercadoria que é comercializada, nas quais as representações sobre negócios, os valores e procedimentos

são preponderantes, porém seus resultados estão resumidos aos indicadores de desempenho padronizados.

De acordo com Silva Júnior e Fargoni (2020) no texto de proposta do programa, há a possibilidade de que as universidades que fizerem adesão ao Future-se, poderão elaborar contratos de gestão com Organizações Sociais, que relaciona-se com os quatro setores presentes no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado em 1995. Tal relação

Ao tratar a educação superior como mercadoria, o Future-se tornará as universidades federais excelentes empresas de pesquisa prestadoras de serviços. Empresas são corporações mundiais articuladas com o capital financeiro para produção de mercadorias e disputa de mercado, ao mesmo tempo que estão aparelhadas pelo imperativo capitalista. (SILVA JÚNIOR e FARGONI, 2020, p. 09)

Por fim, percebe-se que a lógica do future-se não pode ser compreendida somente pela relação com o mercado, mas também como um programa que objetiva privatizar um bem público, que é a universidade pública, a partir do contexto de que sua produção de conhecimento que visa atender as demandas do mercado será normalizada.

A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA: UM OLHAR PARA O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para compreender os dois últimos subtópicos deste capítulo, proponho um olhar para os dados presentes no Censo da Educação Superior de 2020, onde há o registro do crescimento de maneira expansiva da rede privada no ensino superior, algo que também notamos para além da leitura dos textos acadêmicos, pois ao andar pelas regiões centrais de determinados locais empre há um ou mais pólos de universidades ou faculdades privadas que ofertam o ensino a distância e semipresencial.

Oliveira (2009, p. 740) identifica quatro decorrências do efeito da globalização na área da educação, sendo:

- a. a crescente centralidade da educação na discussão acerca do desenvolvimento e da preparação para o trabalho, decorrente das mudanças em curso na base técnica e no processo produtivo;
- b. a crescente introdução de tecnologias no processo educativo, por meio de softwares educativos e pelo recurso à educação a distância;
- c. a implementação de reformas educativas muito similares entre si na grande maioria dos países do mundo;
- d. a transformação da educação em objeto do interesse do grande capital, ocasionando uma crescente comercialização do setor.

Observamos esses quatro pontos como intrínsecos ao processo de expansão do ensino superior privado, principalmente no que concerne às estratégias de propaganda dos grandes grupos, que geralmente são direcionadas a conquista do diploma enquanto um facilitador ou um extra para a entrada no mercado de trabalho, também o aumento de ganhos dentro de empregos.

Conforme dados do Censo de Educação Superior de 2020, atualmente há 2.153 IES privadas e 304 IES públicas no Brasil, sendo 55,2% das universidades pertencentes à rede pública e 81,4% das faculdades pertencentes à rede privada. As vagas ofertadas nas IES públicas totalizam 863.520 vagas, e nas IES privadas, 18.762.921 vagas, e no ano de 2020, o ensino privado ofertou 96,6% do total das vagas, e o ensino público 4,4% das vagas; dos quase 3,8 milhões de ingressantes na graduação, 86% ingressaram em instituições privadas.

Enquanto em 2019 e 2020 ocorreu uma baixa de 5,8% no número de ingressantes na IES pública, a IES privada teve um crescimento de 5,3% em suas matrículas, sendo que na última década cresceu em 89,9% em contrapartida a rede pública, que teve um crescimento de 10,7% na mesma década.

Em relação ao perfil docente das instituições, professores com formação em nível de doutorado estão mais presentes nas instituições públicas, e o nível de mestrado é a formação predominante nas instituições privadas. No ensino à distância, os cursos de licenciatura são preponderantes, e cabe ressaltar a vasta oferta e propaganda em torno desse e das formações pedagógicas para bacharéis, em

um ano ou menos. A partir disso questiono: como ocorre o processo de formação docente totalmente a distância e dentro de um período curto de tempo? Dentro desse contexto, os traços neo-napoleônicos estão evidentes, e a formação precária ocupa o lugar de protagonismo, desprezando a qualidade da formação para atender demandas do mercado.

A transformação da educação em uma mercadoria não é algo restrito somente ao ensino superior, pois também acaba atingindo a educação básica, incluindo a educação pública. Para Peroni (2020), a rede privada possui uma participação de 18,3% no total de matrículas na educação básica, porém os conteúdos pedagógicos e de gestão escolar estão cada vez mais sendo determinados por instituições privadas, a partir de uma lógica mercantil, com a justificativa de que tais instituições tem como objetivo contribuir para a melhoria da escola pública. A autora classifica essas formas de privatização a partir de três categorias: direção, execução, execução e direção. Na direção, o privado age no conteúdo e controle das políticas públicas e das escolas, mas a instituição permanece pública. Na execução, o privado age na oferta da educação, através da contratação de empresas de educação privada para suprir a formação que deveria ocorrer na educação pública. Já na execução e direção, são estabelecidas parcerias entre o público e o privado, que estabelecem o conteúdo da educação, formação, bem como as avaliações, monitoramentos e a supervisão de que o produto formulado será colocado em prática, tais materiais são estruturados de forma padronizada e replicável, o que acaba excluindo as especificidades das regiões em que tais parcerias foram estabelecidas (PERONI, 2020).

Na oferta da educação básica, esse fenômeno de execução e direção pode ser observado a partir da aquisição de franquias, avaliações escolares e a própria formação docente. Empresas como o Sistema Positivo de Ensino oferecem uma "solução educacional completa para a sua escola", que vai da Educação Infantil até o curso preparatório para o vestibular. Ao longo dos anos, em algumas localidades a rede pública tem investido em materiais apostilados para as escolas, sendo estes padronizados, o que não abrange todas as localidades nas quais esses materiais são distribuídos.

Em relação ao ensino superior, Sguissardi (2015) coloca a entrada das empresas de educação na bolsa de valores como uma das características da *commodity*idade, a qual transforma a educação e o ensino em um *commodity*, uma mercadoria que está disponível para compra e venda, o qual reforça a mercantilização da educação.

Bianchetti; Sguissardi (2015) destaca o crescimento de 100% das matrículas presenciais entre os anos de 2008 e 2013 nas empresas de capital aberto e presentes na bolsa de valores, sendo a Kroton (Pitágoras) indo de 26 mil a 519 alunos; a Anhanguera Educacional de 140 mil para 442 mil alunos; e a Estácio Participações de 192 mil para 315.700 alunos, tendo as 9.517 matrículas do SEB integradas. Cabe ressaltar que no ano de 2013 o grupo Kroton e o grupo Anhanguera tornaram-se um só grupo, assim sendo a maior empresa de ensino superior do mundo, com mais de um milhão de alunos (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2015).

Ao analisar o grande número de matrículas no setor privado não há como não afirmar que a educação e principalmente o ensino superior transformou-se em uma mercadoria, algo extremamente rentável e que os que podem pagar tem acesso, mas questiono qual a qualidade desse acesso e formação. Mészáros (2008, p. 16) afirma: “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria.” A partir disso, percebemos que essa transformação em uma mercadoria se dá a partir de um processo de concentração dos grandes grupos, ao analisar a região da metade sul do Rio Grande do Sul e ao realizar uma rápida pesquisa, todas as cidades contam com pelo menos um polo à distância de instituições privadas. No meio de políticas, projetos, reformas, concepções e todas as suas contradições, nota-se que “[...] a universidade é uma instituição histórica, portanto, inconclusa, em permanente disputa” (PEREIRA, 2015, p. 63). Havendo, a partir do Programa Future-se, a colocação da universidade no altar do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente citar o apontamento de Del Pino (2020, p. 10) de que “Resistir à implementação desse programa é ir contra os planos do mercado, é dar possibilidade de vida à autonomia universitária,

é defender a pesquisa livre e a soberania da formação humana”. O que vai de encontro com o modelo de universidade heterônomo, e para além deste modelo onde o mercado e o Estado são dominantes, toma-se enquanto concepção o sucateamento da universidade pública a partir do Programa Future-se.

O que nos sugerem os dados – ao se produzir a análise – é um exercício reflexivo acerca da notícia que resume o programa, bem como os discursos que permearam e ainda permeiam a proposta, assim como pensar em quais cenários – sendo estes políticos, econômicos e sociais – a universidade pública está no alvo. Também a excessiva recorrência dos termos que remetem ao empreendedorismo, as empresas e as parcerias privadas dentro do ambiente público, que se tornam curiosas após as instituições terem sofrido no primeiro semestre do ano de 2019 um contingenciamento de 30% do orçamento por “balbúrdia”, de acordo com o então Ministro da Educação Abraham Weintraub.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, n.46, p. 606-644, set./dez. 2015.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. Da universidade à commodity: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017. ISBN 978-85-7591-495-3.

Brasília, Ministério da Educação, 2019. Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____

Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 128- 130.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/CIPEDDES, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp.5-15.

CUNHA, Luiz Antônio, 1943 - A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas/Luiz Antônio Cunha. - 3.ed. [revista]. - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DEL PINO, M. A. B. A universidade pública e o Future-se: a valorização do capital como centro das relações acadêmicas. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, 2020.

GERHARDT, T. E. E SILVEIRA, D.T. (2009) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

LIMA, T. CUNHA, M. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, n. 28. Junho de 2020.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MÉSZÁROS, Istvan. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEWMAN, Janet, CLARKE. Gerencialismo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MERCADORIA NO BRASIL. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho. Thiago Ingrassia Pereira. - 1. ed - Curitiba, PR: CRV, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO CONTEXTO DE NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL. Educ. Soc., Campinas, v. 41, e241697, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 41, p. 1-17, 2020.

SILVA, F. L. G. R. da; POSSAMAI, T. Programa Future-se: impactos sobre a autonomia das Instituições Federais de Ensino e sobre o direito à educação. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1-20, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.23778. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23778>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.96, pp.1021-1056.